



A RELAÇÃO ENTRE O PATRIARCADO, CAPITALISMO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

Iana Jessica Ximenes Paiva¹

Eliomar Araújo de Sousa²

Geysse Gadelha Rocha³

Manoela Galeno Soares⁴

Daniele Kelly Lima de Oliveira⁵

RESUMO

Historicamente a mulher foi discriminada, excluída de conquistas significativas e marginalizada por conta do seu gênero. Com relação à sua educação não foi diferente, devido ao surgimento do Estado e da propriedade privada a mulher passou a ter um outro papel na sociedade e que vai solidificando através da educação, que se torna um instrumento para a classe dominante. O presente trabalho faz um levantamento histórico e bibliográfico acerca da educação das mulheres no Brasil, considerando ser atravessada por uma lógica patriarcal e capitalista. A metodologia utilizada nesse trabalho foi um levantamento bibliográfico. As autoras utilizadas nesse trabalho foram Ângela Davis, Saviotti, Marteana Ferreira Lima, Arilda Inês Miranda Ribeiro, Dyeinne Cristina Tomé, Raquel dos Santos Quadros e Maria Cristina Gomes. Concluímos que se faz necessário o estudo acerca da história da educação feminina para que assim possamos perceber o quanto as mulheres foram oprimidas historicamente e o quanto isso ainda não mudou. E só irá mudar com a superação do capitalismo.

Palavras-chave: Educação Feminina. Patriarcado. Capitalismo.

¹ Pós-Graduada em Gestão, Supervisão e Coordenação Escolar pela Faculdade das Américas – FADAM. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do grupo de estudo Gramsci e a formação do educador/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: ianajessica42@gmail.com

² Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Pós- Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE). E-mail: elio2015@hotmail.com

³ Pós- Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE). E-mail: geyssegadelhar@gmail.com

⁴ Pós-Graduada em Gestão, Supervisão e Coordenação Escolar pelo Instituto Lato Sensu. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do grupo de estudo Gramsci e a formação do educador/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: manoela.galeno@gmail.com

⁵ Professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) E-mail: dankel28@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Pensando com Lukács (2013) compreendemos que a educação é um complexo social fundado pelo trabalho, ou seja, pela atividade de transformação da natureza que o gênero humano realiza de forma previamente idealizada. Ao transformar a natureza a humanidade transforma também a si mesma, visto que é através desse movimento que adquire ciência acerca dos processos e leis que regem o mundo inorgânico, orgânico e social.

Ora ao propiciar a construção de um mundo diferente, um mundo especificamente humano, o trabalho chama à vida novos complexos que dão conta da diversidade e complexidade da vida humana, como linguagem, direito e educação.

A educação é um complexo secundário que tem por função ontológica transmitir os conhecimentos historicamente construído pela humanidade para as gerações futuras, conforme assevera Saviani (2008). Nesse sentido, atua também na possibilidade de constante produção do novo.

Nas sociedades de classe a educação toma novas formas e embora não perca sua função ontológica, tem uma distorção dessa função, isto é, na maioria das vezes, cai na armadilha de ter que colaborar com a manutenção de um sistema que traz em seu cerne a divisão social de classes e conseqüentemente a incessante produção de desigualdades sociais.

Essa compreensão nos permite entender que sozinha a educação não tem poder de resolver todos os problemas da sociedade, pois é um complexo essencial para a reprodução do gênero humano, mas os problemas do modo de produção capitalista tem sua origem no complexo fundante do mundo dos homens, no trabalho. Para Lima (2009, p. 104) “À luz da análise ontológica, a educação não é trabalho, é práxis; e as funções por ela assumidas a vinculam à reprodução social”.

Sendo assim, a classe dominante passa a usar a educação como instrumento de controle e dominação. Nessa perspectiva vemos a educação feminina sendo controlado diretamente pelos anseios e necessidades dos homens. Para entender isso foi feito um levantamento histórico sobre a história da educação das mulheres no Brasil, para que possamos perceber o quanto as mulheres foram oprimidas duplamente pelo sistema patriarcal alimentado pelo capitalismo.



Historicamente foi negada a mulher uma educação plena e de qualidade, a mesma educação que era dada aos homens não era dada as mulheres e isso se perpetuou por muitos anos. Para as mulheres era dado um tipo de instrução voltada apenas para a perspectiva do cuidado do lar, filhos e marido. As mulheres eram vistas como imorais se buscassem um conhecimento diferente, como por exemplo a aritmética, que era algo ensinado apenas aos homens no Brasil no período colonial e imperial, reforçando a construção histórica de que o papel social da mulher era cuidar da casa e da família.

Fatos como esse citado anteriormente causaram grandes impactos na formação acadêmica e profissional das mulheres, pois ainda hoje vemos mais mulheres escolhendo áreas como humanas e menos mulheres optando por exatas. Isso se deu devido a negação de uma educação omnilateral para mulheres. Então, cabe ressaltar que esse trabalho ajudará o leitor a refletir sobre a educação feminina e questionar os papéis que ainda são impostos hoje pela sociedade.

Temos como objetivo geral traçar uma reflexão acerca da relação entre patriarcado, capitalismo e a história da educação de mulheres no Brasil. Após um levantamento bibliográfico acerca da história da educação das mulheres no Brasil, considerando sua relação atravessada pelo patriarcado e capitalismo, concluimos que se faz necessário o estudo acerca da história da educação feminina para que assim possamos perceber o quanto as mulheres foram oprimidas historicamente e o quanto opressão e negação do conhecimento impactaram na sua formação e nas suas escolhas. Buscando refletir sobre os papéis ainda impostos hoje pela sociedade, entendendo que só conseguiremos mudar plenamente essa condição de opressão com a superação do capitalismo.

METODOLOGIA

A metodologia adotada caracteriza-se como um levantamento teórico bibliográfico, estudos e debates realizados nos grupos de estudos Gramsci e a Formação do Educador e no Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR), sediados na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).



Nesse levantamento bibliográfico foram utilizadas pesquisas de autoras que são referência nesses estudos como Ângela Davis, Saviotti, Marteano Ferreira Lima, Arilda Inês Miranda Ribeiro, Dyeinne Cristina Tomé, Raquel dos Santos Quadros e Maria Cristina Gomes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Se levarmos em consideração as mudanças do mundo, podemos perceber o quanto a educação se desviou do seu sentido ontológico e passou ser instrumento da classe dominante, e as mulheres não estiveram alheias a esse processo e sofrem duplamente com ele. De acordo com Lima

A educação surge para desempenhar essa função imprescindível: através dela cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens. Portanto, a função realizada pela educação atende a uma necessidade universal do ser social, pois todas as formas de sociedade demandam um processo de reprodução da sociabilidade que a caracteriza. (LIMA, 2009, p. 109)

Nesse sentido, o complexo da educação tem um papel extremamente importante no desenvolvimento do ser social. A educação das mulheres depois do surgimento da propriedade privada e da construção do Estado como instrumento de controle, passou a ser vista e considerada como algo sem importância, já que o papel da mulher era de cuidadora dos homens, filhos e o lar.

Ribeiro (2003) ressalta que “Durante 322 anos – de 1500 a 1822 –, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos” (p. 79). Nessa época, apenas os homens indígenas e colonos tiram o direito à instrução.

As mulheres brancas, pobres ou ricas, não tinham o direito de receber instrução alguma, a não ser para ser uma boa esposa e cuidar da família e essa situação era ainda pior para mulheres negras e indígenas, pois devido sua raça, gênero e etnia eram impedidas de aprender a ler e escrever.

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos,



as pessoas negras nunca teriam se manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. (DAVIS, 2016, p.109)

Com a chegada dos padres jesuítas em 1549, que tinham a missão de catequizar os índios e propagar o cristianismo no Brasil, os jesuítas passaram a criar várias escolas de primeiras letras e colégios. Entretanto, a instrução das mulheres ficou restrita apenas as noções do lar, da igreja e do marido.

Nesse sentido, a atuação dos jesuítas sobre a mulher não foi senão negativa, porquanto não lhe ofereceu nenhum instrumento de libertação, mas ensinou-a a submeter-se à igreja e ao marido, segundo os preceitos de apóstolo Paulo; empresa simples por estar de acordo com a tradição da Península Ibérica, conforme a qual se destinavam as mulheres à inferioridade social e à ignorância. (SAFFIOTI, 2013, p. 267)

Nem a sua própria língua materna as mulheres sabiam falar, “[...] na civilização portuguesa não havia lugar para instrução feminina, considerada verdadeira “heresia social”. O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente a prendas domesticas.” (SAFFIOTI, 2013, p. 269). Nesse contexto, a mulher era tida como um ser inferior e todos os seus comportamentos deveriam ser controlados e monitorados pelo pai, marido e igreja. As mulheres nesse período tinham anseios por aprender, porém eram extremamente subjugadas e oprimidas. “O sexo feminino fazia parte do *imbecilitos sexus*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais.” (RIBEIRO, 2000, p.79).

Existia também, um abecedário moral que continha em cada letra o padrão de comportamento feminino socialmente desejado, que fora difundido na época, dedicado as mulheres que pretendiam aprender a ler, por exemplo: “a letra A significativa que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde a seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada, S sizada, entre outros”. Portanto, era essa a mentalidade expressa nesse período em relação a instrução feminina (TOMÉ; QUADROS;MACHADO, 2012. p. 3 *apud* RIBEIRO, 2000, p. 79-80).

No período colonial bastava apenas seguir esse abecedário que tudo ficaria bem, porém, diversas mulheres durante a história tiveram suas heranças e fortunas surrupiadas pelos maridos. Saffioti (2013, p. 270) afirma “O desconhecimento das técnicas elementares da cultura por parte das mulheres, além de restringir-lhes sobretudo a participação cultural, punha risco sua própria estabilidade econômica. Houveram casos em que, por não saberem ler, viram-se lesadas em suas fortunas em benefício de um estranho.”



Não tendo na colônia escolas para as meninas, apenas nos conventos, muitas meninas se viam obrigadas a buscar nos conventos instrução, já que não poderiam obter fora. O primeiro convento foi fundado pelas irmãs Clarissas de Évora, na Bahia em 1678, e somente no século XVIII surgiram outros conventos. Entretanto o número de mulheres que recorriam aos conventos era pequeno. “Doze era o total de moças internadas, em 1728, no Recolhimento de Santa Thereza, o primeiro dos conventos paulistas” (SAFFIOTI, 2013, p. 271).

O governo no século XIX o começou a atrapalhar a instalação dos conventos, declarando que existia uma ameaça de despovoamento da colônia e mais uma vez a educação das mulheres passava a ser baseada naquilo que os homens necessitam e querem. Sendo assim, decidiram que as mulheres precisavam ser educadas na condição de educandas e não de freiras, pois atrapalharia diretamente no povoamento da Colônia.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, a educação para as mulheres pouco melhorou, pois foram criados alguns recolhimentos e colégios laicos. Porém, não era o que se esperava de um colégio, as mulheres iam apenas para aprender com as portuguesas e francesas a bordar, costurar, cozinhar e a cuidar dos filhos, apenas recebiam instrução para o casamento.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal, alegando conspiração contra o reino português. Em 1772, iniciou a efetivação de um novo sistema imperial de ensino, mesmo com o novo sistema as mulheres brasileiras pouco tinham noção de cultura, aritmética, ortografia e pontuação, e novamente a proposta dessa educação tinha que ser voltadas a servidão do lar, do marido e dos filhos.

No dia 03 de junho de 1822, D. Pedro I fez uma convocação para uma assembleia constituinte que tinham como objetivo elaborar uma constituição para o novo Estado. Em 1823 se dissolve a Assembleia e a constituição outorgada em março de 1824 pelo imperador do Brasil. Mas, nada muda para educação feminina, o projeto de lei assinado em 1827 pelos deputados Januário a Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira e Antônio Ferreira França visava a organização do ensino primário, na qual iriam se estabelecer em todas as cidades, vilas e lugares escolas de primeiras letras.



Agora as mulheres poderiam ser mestras de meninas, mas iriam dar apenas uma instrução voltada as funções maternas, onde noções de geometria, aritmética e as quatro operações foram excluídas.

A realidade brasileira frustrava, assim, a aplicação do primeiro plano de educação feminina, o qual oferecia a mulher o mínimo em matéria de instrução. Na verdade, a lei de 1827 constituía um verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos. Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução, e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias, reservando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para a população masculina. (SAFFIOTI, 2013, p. 275).

Sendo assim, a mulher tinha um papel na sociedade colonial e as professoras, apesar de conquistarem o direito a lecionar, os presidentes da província queriam que as mestras de meninas se dedicassem apenas ao ensino dos trabalhos da agulha e durante muitos anos a única profissão que as mulheres brasileiras puderam exercer foi a do magistério, porém não saíam do primário e por muito tempo essa profissão foi considerada essencialmente feminina. Em 1934 as assembleias legislativas da província o direito de legislar a instrução do povo, deixando com a União legislar a educação secundária e superior. O que não favoreceu tanto para as mulheres.

Num meio social em que prevalecia a ideia das unções magisteriais das mulheres como prolongamento de suas funções maternas, em detrimento da ideia de profissionalização, e em que cabiam à mulher, segundo expectativas sociais, aspirações salariais inferiores às dos homens, a referida lei sancionada a persistência da inferioridade cultural da mulher e sua menor participação na renda nacional. (SAFFIOTI, 2013, p. 279)

As mulheres continuavam sendo rejeitadas do ensino secundário, na qual vieram até acesso no século XX. Enquanto isso a escola secundária preparava os homens para o ensino superior e as mulheres continuavam presas ao primário, onde a educação era pautada para o casamento.

Durante todo o Império o ensino secundário para mulheres ficou nas mãos das escolas privadas, mesmo com um número pequeno de escolas em relação as dos homens, começaram a se organizar na década de 1850. “No município da corte havia, em 1855, 17 escolas primárias para meninos e apenas nove para meninas; 909 alunos e 553 alunas frequentavam essas escolas.” (SAFFIOTI, 2013, p. 281).

A rede particular de instrução mantinha, neste mesmo ano, 97 estabelecimentos educacionais entre escolas e colégios dos quais 51 se destinavam à população masculina e eram frequentados por 4.490 alunos e 46 ao sexo feminino, registrando-se a frequência de 2.864 alunas. Dois anos mais tarde, a rede oficial de escolas primárias do Município da Corte havia



sido acrescida de uma escola masculina e de duas femininas, o que importaria num aumento de 2.216 alunos, sendo 1.473 do sexo masculino e apenas 743 do sexo feminino. Em 1861, a frequência às escolas oficiais de primeiro grau se elevava para 1.892 alunos contra 1.091 alunas. Quatro anos depois essa diferença sofria redução (1.860 alunos contra 1.530 alunas), mas seria nas escolas particulares que a quase igualdade numérica seria alcançada: 2.111 alunos do sexo masculino e 2.056 do sexo feminino. (SAFFIOTI, 2013, p. 281).

Nos últimos anos do Império foi que iniciou a implantação das escolas normais, porém as escolas formadas nessa época foram criadas para melhorar e qualificar os professores ao exercício do magistério. Mas falhou consideravelmente, pois acabavam não dando acesso aos cursos superiores e para a mulher a condição foi bem pior, pois elas não poderiam ingressar as escolas normais, já que o papel delas não era nos cursos superiores. “Além de não haver nenhum estímulo à realização de cursos superiores pela mulher, o próprio modo pela qual estava organizado o ensino secundário brasileiro dificultaria sua penetração nas escolas superiores.” (SAFFIOTI, 2013, p. 283). Para a sociedade o recrutamento e a preparação profissional de mulheres para os cursos superiores eram vistos negativamente, na qual as julgavam de mulheres sem moral.

Em 1880, foi o primeiro ano que as escolas normais passaram a funcionar mais efetivamente na Escola Normal do Município da Corte, contavam com 105 meninos e 177 meninas matriculadas, entretanto poucas eram as meninas que estudavam caligrafia, arte e desenho. A maioria estava ainda presa as aulas de trabalho de agulha.

Em face das resistências que a sociedade ainda opunha quer à profissionalização da mulher quer à sua mera instrução, a escola normal estava destinada aos elementos do sexo feminino, na medida em que aliava às suas funções de formação profissional e de formar boas donas-de-casa e mães. Grande parte, pois, da clientela das escolas normais visava a preparar-se convenientemente para o desempenho dos papéis tradicionalmente femininos, constituindo a formação profissional um “capital” a ser utilizado, no futuro, se necessário, (SAFFIOTI, 2013, p. 286).

Em 1930 no período da República, as mulheres ainda não tinham conquistado o seu espaço no Ensino Superior e universitário, instrução de baixo nível era dado às mulheres e era defendido em nome da moral e da preservação da família. Mesmo tendo conquistado o direito de adentrem ao ensino secundário e superior, ainda era necessário equiparar os currículos dos cursos.

É, no Brasil de então, pelo menos no ensino superior oficial, a educação estava seriamente comprometida, teórica e praticamente, com a Igreja. Eis por que o ensino superior brasileiro se constituía num dos focos mais resistentes de conservadorismo, desconhecendo a função de centro irradiador



de novas doutrinas e idéias que tanta importância teriam para a evolução do País nas duas últimas décadas do Império. (SAFFIOTI, 2013, p. 294).

A igreja católica sofreu um grande abalo com a instauração do ensino laico no país, tornando a educação religiosa facultativa. Mas sua doutrinação e controle para com as mulheres ainda era algo que foi bastante difícil de quebrar durante toda a história o que perpetuou até a década de 1940. Na era Vargas foi criado um novo sistema de educação, conhecido também como escola nova, o que passou a gerar diversas tendências pedagógicas e metodologias. Porém, foi possível perceber que a mulher foi utilizada pelo sistema.

Na ditadura militar o campo educacional foi alvo de inúmeros ataques do governo, o investimento na educação era extremamente baixo e controlado ríspidamente pelo governo. Já no fim do regime militar foi instaurado no Brasil a chamada Nova República. Muitas melhorias na área da educação podem ser notadas, entretanto a educação nesse período é vista como um investimento para preparação de mão de obra barata e assalariada. O que acabou gerando ainda mais desigualdades sociais.

Durante a história algumas mulheres lutaram pela direito à educação e a ingressar nas universidades. Mulheres muitas vezes esquecidas pela história, uma delas foi Nísia Floresta Augusta, considerada como precursora do feminismo brasileiro, sendo ela fundadora de duas escolas para mulheres, uma no Rio Grande do Sul e outra no Rio de Janeiro, Êda Luiz que lutou por um modelo de educação democrática, Maria Teresa Mantoan que se dedicou nas áreas de pesquisa, docência e extensão acerca do assunto sobre educação inclusiva no Brasil, Mariazinha Fusari elaborou diversos projetos de pesquisa sobre comunicação e educação na Universidade de São Paulo.

Sendo assim, foi possível perceber as diversas mudanças que ocorreram na educação feminina. As limitações típicas da cultura patriarcal brasileira e a péssima qualidade estrutural do ensino público permaneceram as mesmas, sendo necessárias muitas lutas até os dias atuais para que haja, na prática, a equiparação dos papéis sociais de ambos os sexos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Embora as mulheres tenham conquistado o direito à educação, constata-se que diversas demandas continuam em aberto como, por exemplo, a violência, a desigualdade de gênero, discursos sexistas e o controle do estado sob o corpo, educação e direitos da mulher. Então, se faz necessário que a educação seja emancipadora e libertadora, apesar de não acreditarmos que só educação tem o poder de resolver todas as mazelas do mundo e as opressões em que vivem as mulheres, já que vivemos num sistema patriarcal alimentado pelo capitalismo. Então, entendemos a educação como um fator determinante para a elevação da consciência humana enquanto ser social e que através dela e da superação do sistema capitalista podemos quebrar o ciclo de dominação e exploração da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos debruçarmos sobre história da educação das mulheres considerando que esta foi e é atravessada por uma lógica patriarcal e capitalismo, podemos perceber o quanto historicamente as mulheres foram oprimidas e invisibilizadas, e o quanto isso afetou sua formação hoje. Pois é possível notar a enorme quantidade de mulheres em cursos de humanas e a pequena quantidade de mulheres exercendo papéis em áreas de exatas.

E isso se dá por conta que a elas foi negado uma educação plena e de qualidade. O modelo educativo que predominou foi aquele que ensina as mulheres a aceitar e não a questionar os papéis impostos pelo patriarcado, sustentado pelo capitalismo. Então, esse trabalho nos faz refletir sobre que tipo de educação as mulheres receberam durante a história e o quanto o conhecimento nos foi negado.

Cabe ressaltar o quanto a negação do conhecimento para as mulheres impactou em suas vidas, pois ainda hoje, mesmo com formação acadêmica e profissional melhor que os homens ainda continuam recebendo menos e ainda ocupando poucos espaços de poder.

O que nos faz refletir sobre que tipo de educação buscamos para as mulheres, durante esse trabalho é possível notar que não vemos a educação como a heroína da sociedade, pois esse não é o seu papel. Mas entendemos que através dela, podemos proporcionar reflexão acerca dos papéis impostos por essa sociedade patriarcal e



capitalista. E entendemos que só iremos superar todas as opressões quando derrubarmos o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela, 1944. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Marteano Ferreira. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

LUKÁCS, GEORGE. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A educação feminina durante o Brasil colonial**. Semana de Pedagogia da UEM. Anais, Maringá: UEM, v.1, n. 1, 2012.